



Desenvolvimento em Questão

ISSN: 1678-4855

ISSN: 2237-6453

davidbasso@unijui.edu.br

Universidade Regional do Noroeste do Estado do

Rio Grande do Sul

Brasil

Heterogeneidade e Transferência Intergovernamental: Estudo da Zona da Mata – MG

da Silva, Jéssica Natália; Marques Ferreira, Marco Aurélio

Heterogeneidade e Transferência Intergovernamental: Estudo da Zona da Mata – MG

Desenvolvimento em Questão, vol. 18, núm. 50, 2020

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75262392006>

DOI: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2020.50.55-71>

Heterogeneidade e Transferência Intergovernamental: Estudo da Zona da Mata – MG

HETEROGENEITY AND INTERGOVERNMENTAL TRANSFER: STUDY OF THE ZONA DA MATA – MG

Jéssica Natália da Silva
Faculdade Dinâmica do Vale do Piranga (Fadip), Brasil
jessicanatalia.ufv@gmail.com

DOI: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2020.50.55-71>
Redalyc: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75262392006>

Marco Aurélio Marques Ferreira
Universidade Federal de Viçosa (UFV), Brasil
marcoaurelio@ufv.br

Recepção: 29 Junho 2017
Aprovação: 09 Setembro 2019

RESUMO:

O presente estudo tem por objetivo descrever a heterogeneidade existente na Zona da Mata Mineira e, ainda, verificar se a arrecadação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) pode interferir na qualidade de vida da região. Para tanto, foi realizada uma análise fatorial, agrupando as variáveis do estudo em três fatores e, então, construído o Índice de Qualidade de Vida (IQV). Além disso, foi feita uma análise de regressão para verificar a interferência do FPM no IQV. Os resultados mostram que a região é considerada heterogênea e que o FPM pode interferir na qualidade de vida dos municípios. Apesar disso, os repasses podem ser considerados insuficientes para que os municípios assumam suas responsabilidades e se desenvolvam. Este estudo contribui, pois chama atenção para a região estudada, entendendo que devem ser reunidos esforços para que a região consiga ser menos heterogênea e mais igualitária, refletindo em avanços na qualidade de vida dos municípios e das pessoas que neles residem.

PALAVRAS-CHAVE: Desigualdade regional, Qualidade de vida, Transferência intergovernamental.

ABSTRACT:

The present study aims to describe the heterogeneity in the Zona da Mata Mineira and to verify if the collection of the Municipalities Participation Fund (MPF) can interfere in the quality of life of the region. For this, a factorial analysis was realized, grouping the variables of the study into three factors and constructing the Index of Quality of Life (IQL). In addition, a regression analysis was made to verify MPF interference in IQL. Results show that the region is considered heterogeneous and that MPF can interfere in the quality of life of the municipalities. Nevertheless, the onlending may be considered insufficient for municipalities to assume their responsibilities and develop themselves. The study therefore contributes to the studied region, understanding that efforts must be made to make the region less heterogeneous and more egalitarian, reflecting the advances in quality of life for the municipalities and the people who live there.

KEYWORDS: Regional inequality, Quality of life, Intergovernmental transfer.

Considerando a descentralização do poder do Estado proposta pela Constituição de 1988, houve maior distribuição das ações e políticas públicas entre o governo federal, estadual e municipal, que, antes, eram desenvolvidas, em sua maioria, apenas em âmbito nacional. As novas competências, principalmente para os municípios, fizeram com que esses tivessem maior responsabilidade e poder decisório. Além disso, para que os municípios pudessem ter as próprias receitas, a União e os Estados passaram a fazer transferências aos municípios, por exemplo, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Conforme apresentam Schlesinger e Rolim (2008), o FPM é responsável pela redução das desigualdades regionais, assim como esse é o objetivo das transferências intergovernamentais como um todo. Relativo à sua forma de distribuição, os autores destacam que os recursos são distribuídos conforme o tamanho do município.

Apesar de as transferências intergovernamentais, como é o caso do FPM, serem necessárias, elas não são suficientes para suprir as necessidades dos municípios, muito menos equalizar os problemas sociais e econômicos por eles enfrentados. Alguns autores, como Abrucio, Sano e Sydow (2010), chegam a abordar formas de associação territorial para que tais problemas sejam minimizados.

Atentando para a questão da dificuldade dos municípios em se desenvolverem, este trabalho visa a abordar também as desigualdades socioeconômicas e territoriais que correspondem, de acordo com Carneiro e Matos (2008), a arranjos do sistema capitalista e arranjos preponderantes para contradições e disparidades regionais. Tais contradições, segundo alguns autores (VOESE; DINIZ; PACHECO, 2014; BAGOLIN; GABE; RIBEIRO, 2004; COSTA; SILVEIRA, 2011), estão ligadas à renda, saúde, educação, saneamento, emprego e habitação.

Tomando por base a realidade brasileira, Neto (1997, p. 46) afirma que “a economia brasileira se caracteriza por apresentar os níveis mais altos de desigualdade no contexto internacional”. Além disso, conforme alguns autores (COSTA *et al.*, 2012; CARNEIRO; MATOS, 2008), aspectos históricos, políticos, sociais e culturais também podem explicar a realidade encontrada. Em Minas Gerais, por exemplo, com a vasta gama de municípios existentes (853 municípios), podem ser observadas diferenças regionais significativas. O Produto Interno Bruto (PIB) do Estado, pode-se afirmar, em sua maioria, concentra-se em apenas quatro regiões, a saber: a) Região Metropolitana de Belo Horizonte (45%); b) Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (15%); c) Sul/Sudoeste de Minas (11,7%); d) Zona da Mata (7,2%). Tais informações foram retiradas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tomando como base o ano de 2010.

A Zona da Mata Mineira, que será o objeto deste estudo, de acordo com o IBGE (2010), abrange uma área de aproximadamente 35.747 km². Além disso, possuía, em 2010, uma população estimada em 2.175.254 habitantes. A mesorregião ainda contém 142 municípios dispostos em 7 microrregiões (Cataguases, Juiz de Fora, Manhuaçu, Muriaé, Ponte Nova, Ubá e Viçosa).

Como apresentam Carneiro e Matos (2008), a localização da Zona da Mata (próxima dos principais polos do Brasil: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte) não é suficiente para que a região consiga modificar seus contrastes internos e melhorar seus indicadores sociais.

Já se sabe, pela literatura (CASTRO; ALENCAR; SOARES, 2012) e pela realidade observada, que a região apresenta discrepâncias que estão ligadas aos caracteres históricos, sociais e políticos, cabendo que tais aspectos sejam mais bem observados e compreendidos. Quanto aos caracteres históricos, Castro, Alencar e Soares (2012) apresentam que a região chegou a ser considerada “berço” do ouro e grande produtora e exportadora de café, mas devido ao declínio desses, aliada a outros fatores, encontra-se hoje em situação de estagnação econômica em diversas atividades.

Nesse sentido, este trabalho justifica-se pela importância de chamar a atenção de gestores públicos municipais e da sociedade em geral para a problemática da região, uma vez que, de acordo com Costa e Silveira (2011), os efeitos da desigualdade entre regiões podem proporcionar diferentes estágios de desenvolvimento e de qualidade de vida. Conforme apresentado por Carneiro e Matos (2008), no entanto, é preciso ter cuidado ao elaborar planos de intervenção que demonstrem que a região possui forte identidade interna. Isso se justifica pelo fato de a própria história da região não apresentar processo histórico e social uniforme, além de haver a predominância dos municípios polos (Cataguases, Juiz de Fora, Manhuaçu, Muriaé, Ponte Nova, Ubá e Viçosa) em relação aos demais.

Tomando por base a contextualização apresentada, a questão de pesquisa que se pretende responder é: Ainda que se perceba a heterogeneidade ligada aos caracteres históricos, sociais e políticos na Zona da Mata Mineira, a arrecadação do FPM interfere nos indicadores de desenvolvimento, em especial, na qualidade de vida?

O objetivo deste estudo, portanto, consiste em descrever a heterogeneidade existente na Zona da Mata Mineira e, ainda, verificar se a arrecadação do FPM pode interferir na qualidade de vida, configurando-se, assim, em uma melhoria à região.

A qualidade de vida, mencionada anteriormente, será mensurada a partir da construção de um índice, a saber: Índice de Qualidade de Vida (IQV). Tal índice será construído neste estudo e será apresentado de forma detalhada na seção metodológica.

Apesar de ser difícil de encontrar na literatura um conceito claro e único para definir qualidade de vida, este estudo baseia-se em uma abordagem apresentada por Diener e Suh (1997), no qual a qualidade de vida pode ser entendida como relacionada à satisfação das pessoas com base nos recursos que possuem. Dessa forma, pretende-se compreender a qualidade de vida baseada em recursos básicos ou o que alguns autores chamam de “mínimo social” (CARDOSO, 2001). Tal conceito, bem como as variáveis que serão utilizadas para a construção do índice, serão apresentados posteriormente.

Além desta introdução, o presente artigo está dividido em outras quatro seções. A próxima seção apresenta as principais bases teóricas utilizadas no estudo. A terceira seção expõe os procedimentos metodológicos. A quarta seção traz as discussões acerca dos resultados obtidos e, por fim, apresentam-se as conclusões e as contribuições deste artigo, além das referências bibliográficas empregadas no estudo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção faz-se uma reflexão a respeito das transferências intergovernamentais, em especial do FPM. Além disso, é apresentada uma discussão sobre as desigualdades regionais e a importância das políticas públicas neste contexto.

Transferências intergovernamentais: O FPM

Conforme argumentam Schlesinger e Rolim (2008), e conforme já apresentado na introdução deste estudo, as transferências intergovernamentais são responsáveis pela redução das desigualdades regionais.

De acordo com o Ministério da Fazenda,[1]

O rateio da receita proveniente da arrecadação de impostos entre os entes federados representa um mecanismo fundamental para amenizar as desigualdades regionais, na busca incessante de promover o equilíbrio socioeconômico entre Estados e Municípios”.

Além disso, ainda de acordo com o Ministério da Fazenda, as principais transferências da União para os Estados, Distrito Federal e municípios são previstas na Constituição. Dentre elas, destacam-se: o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE); o Fundo de Participação dos Municípios (FPM); o Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados (FPEX); o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb); e o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).

Para este estudo foi escolhido o FPM, por ser a transferência realizada para os municípios sem que haja uma destinação para uma área específica. Ademais, como observado na literatura, existem muitos estudos (CALLADO, 2008; COSTA *et al.*, 2012; FERREIRA, 2014) que apresentam a importância do FPM e a sua contribuição para a redução das desigualdades regionais.

Com relação ao FPM, a União é responsável pelo mesmo e, como apresentam Schlesinger e Rolim (2008), o FPM é composto por 22,5% de todo o valor arrecadado pelo Imposto de Renda (IR) e pelo Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Com relação à sua forma de distribuição, os autores destacam que o FPM é repassado aos Estados e, posteriormente, para cada município, de acordo com o número de habitantes deste último.

Conforme apresentando por Ferreira (2014), o FPM é uma transferência governamental do tipo redistributiva, pois repassa recursos do IPI e do IR de regiões mais industrializadas e ricas para municípios

que possuem desenvolvimento econômico e social relativamente baixo. Dessa maneira, segundo o autor, o FPM é considerado uma forma de distribuição que procura assegurar mais recursos a municípios menores.

De acordo com o Decreto Lei nº 1.881 de 1.981, o repasse do FPM aos municípios acontece da seguinte forma:

Tabela 1 – Distribuição da parcela do FPM

Categoria do município, segundo seu número de habitantes	Coefficiente
a) Até 16.980	
Pelos primeiros 10.188	0,6
Para cada 3.396, ou fração excedente, mais	0,2
b) Acima de 16.980 até 50.940	
Pelos primeiros 16.980	1,0
Para cada 6.792 ou fração excedente, mais	0,2
c) Acima de 50.940 até 101.880	
Pelos primeiros 50.940	2,0
Para cada 10.188 ou fração excedente, mais	0,2
d) Acima de 101.880 até 156.216	
Pelos primeiros 101.880	3,0
Para cada 13.584 ou fração excedente, mais	0,2
e) Acima de 156.216	4,0

Fonte: Adaptado do Decreto Lei nº 1881 de 1981.

Apesar das contribuições apresentadas até aqui, alguns estudos (CALLADO, 2008; MASSARDI; ABRANTES, 2016) mostram, no entanto, que o FPM não tem contribuído para a homogeneidade de regiões. Callado (2008), por exemplo, trata, em seu estudo, da distribuição de renda inter-regional e interpessoal no nordeste brasileiro e conclui que o repasse do FPM não tem quase nenhuma influência na melhoria no diferencial de renda dos municípios nordestinos. Já Massardi e Abrantes (2016) concluem que os critérios utilizados para repasse de recursos do FPM não são capazes, por si só, de diminuir as disparidades e podem, ainda, provocar desestímulo dos municípios menores em arrecadar a própria receita.

De acordo com Ferreira (2014), as transferências intergovernamentais, em especial as transferências constitucionais, como o FPM que aqui é estudado, são consideradas uma das maiores fontes de receitas para os municípios, no entanto podem acarretar também vínculos de dependência, em especial entre os municípios e o governo federal. Galvarro *et al.* (2009) apresentam, por exemplo, que transferências, tanto do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) quanto do FPM, podem resultar em orçamentos inferiores àqueles minimamente necessários pelos municípios para assumirem suas responsabilidades.

Após essa breve discussão a respeito das transferências intergovernamentais, em especial sobre o FPM, e da importância delas (ainda que de forma não convergente, conforme foi apresentado) para a compensação de desigualdades regionais, a seguir discute-se tais desigualdades, bem como a importância das políticas públicas neste contexto.

Desigualdades regionais e políticas públicas

Conforme argumenta Neto (1997), a economia brasileira é caracterizada por altos índices de desigualdade se comparada ao contexto internacional. A justificativa para tanto, ainda segundo o autor, está nas mais variadas estruturas produtivas, de relações de trabalho, de condições de vida e de possibilidades de acesso da população aos bens e serviços básicos.

Consoante Barro (1996), e como argumenta a Teoria Econômica, a desigualdade pode ser originária com relação aos diferenciais de produtividade e, ainda, por diferentes parcelas de investimento referente ao capital

humano. Nesse sentido, no período de 1965 a 1990 Barro (1996) argumenta que os países que mais se desenvolveram em termos *per capita* foram aqueles que apresentaram escolaridade mais elevada e ainda mais alta expectativa de vida.

Lessmann (2012) compreende que a desigualdade regional pode ser explicada a partir da distribuição de renda ou, também, pela discriminação étnica, por falhas de mercado ou pela migração excessiva. Além disso, o autor argumenta que a mensuração da desigualdade regional não é simples, e é necessário que algumas decisões sejam tomadas, a saber: a) escolher um indicador adequado; b) verificar a região que se pretende estudar; e c) verificar qual medida será aplicada.

Figueiredo (2004) ensina que para reduzir as desigualdades regionais deveriam ser criadas políticas públicas voltadas para a melhora das condições de vida da população que vive em áreas mais desfavorecidas, com o intuito de aumentar o investimento em capital físico, e também em capital humano nessas regiões.

Viana, Fausto e Lima (2003) concordam com o autor apresentado anteriormente, na medida em que destacam que toda política pública deveria buscar a redução de desigualdades e, ainda, a eliminação das mesmas. A autora apresenta isso sugerindo que nem toda ação governamental está ligada a esse fim, apesar de estar ligada a setores que deveriam proporcionar o bem-estar social, como: a) saúde; b) educação; c) previdência; e d) habitação.

Além dos elementos apresentados anteriormente, que se referem às desigualdades, alguns estudos (CARDOSO, 2001; CASTRO; SOARES, 2010) indicam o que poderia ser chamado de “mínimo social”, ou seja, o que poderia habilitar os indivíduos a atender suas necessidades básicas e desenvolver suas capacidades pessoais, o que aqui se pode entender como qualidade de vida (DIENER; SUH, 1997). O mínimo social, de acordo com Cardoso (2001) compreenderia saúde, renda, educação e habitação. Já Chein, Lemos e Assunção (2007) analisam as necessidades básicas por meio das seguintes dimensões: a) garantia a serviços de infraestrutura; b) acesso à educação; c) acesso ao trabalho; e d) renda.

Buscando apresentar o que aqui se entende por políticas públicas, é importante destacar a definição de Laswell (1936), mencionada em alguns estudos (SOUZA, 2002; MEZZADRI, 2011). Laswell é considerado o “pai” desse campo de conhecimento e afirma que as decisões e análises sobre política pública devem atentar a três questões, a saber: a) quem ganha o quê; b) por quê; e c) que diferença faz. Além disso, Souza (2002) destaca a importância de instituições, normas e modelos que vão implicar elaboração, efetivação e avaliação das políticas públicas.

A elaboração, efetivação e avaliação de políticas são algumas das etapas utilizadas para se construir uma política. Encontram-se na literatura estudos (SECCHI, 2010; SOUZA, 2002) que mencionam essas fases ou, ainda, estudos específicos de cada fase (BIRKLAND, 2006; SUBIRATS, 2006; LOBATO, 2006; HILL; HUPE, 2002; RUA; AGUIAR, 2009; FARIA, 2005). Além disso, são encontrados na literatura alguns estudos que apresentam essas fases a partir do Ciclo Político (DRUMOND; SILVEIRA; SILVA, 2014; FREY, 2000). Mesmo que não seja o intuito deste estudo destacar as fases de uma política pública, pode-se afirmar, tomando como base Souza (2002), que as etapas podem ser simplificadas da seguinte forma: a) definição do problema; b) construção da agenda; c) elaboração da política; d) efetivação; e e) avaliação.

Quanto à relação das políticas públicas com a redução das desigualdades regionais, Fernandes e Pazello (2001 *apud* REIS; SILVEIRA; COSTA, 2010) apresentam que políticas públicas ineficazes correspondem a problemas relacionados à determinação incorreta das diretrizes das mesmas e, ainda, com relação à falta de recursos. Dessa forma, pode-se compreender que políticas públicas, quando não atendem seus propósitos, podem acabar por manter a desigualdade regional/local ou, também, aumentá-las.

Deve-se, no entanto, atentar para as generalizações, pois, conforme argumenta Sachs (2008), a diversidade socioeconômica existente não somente na Zona da Mata, mas também no Brasil como um todo, pode dificultar estratégias uniformes de desenvolvimento. Dessa forma, deve-se atentar não apenas à correta execução de políticas públicas, mas também ao planejamento delas, visando a conhecer as características territoriais sobre as quais elas irão atuar. Além disso, deve-se pensar em planejamentos locais, tomando

por base municípios e microrregiões para que estas conheçam suas limitações e auxiliem em uma forma de melhorar a realidade.

METODOLOGIA

O presente estudo compreende uma abordagem quantitativa. A pesquisa classifica-se como descritiva, uma vez que visa, *a priori*, a descrever a heterogeneidade existente na Zona da Mata Mineira, apresentando, ainda, os condicionantes para tanto. Posteriormente, pretende-se verificar se a arrecadação do FPM pode interferir na qualidade de vida, esta mensurada pelo IQV que aqui será construído.

A seguir são apresentados os métodos utilizados neste estudo.

Análise Fatorial

Neste estudo será realizada a Análise Fatorial Exploratória (AFE) que, de acordo com Figueiredo Filho e Silva Júnior (2010), é utilizada para fins de exploração dos dados, com o intuito de verificar a relação de variáveis, identificando padrões de correlação entre elas. Além disso, por meio de tal técnica, é possível ainda criar variáveis dependentes e independentes, que poderão, no futuro, serem utilizadas em modelos de regressão.

Para a realização da técnica da Análise Fatorial foram tomados por base os estudos de Sabioni *et al.* (2016) e Cunha *et al.* (2008), haja vista que tais trabalhos, assim como é pretendido, usaram a Análise Fatorial para a construção de índices. Assim sendo, o modelo ortogonal da análise fatorial que foi empregado neste estudo é manifestado pela seguinte expressão analítica:

$$X_{px1} = A_{pxr} \cdot F_{rx1} + \varepsilon_{px1}$$

em que: X é um vetor de variáveis originais, F é um vetor de fatores comuns, A é a matriz de cargas fatoriais, ε é um vetor de erros aleatórios (fatores específicos mais erro), r é número de fatores e p é o número de variáveis.

Com relação aos fatores, os mesmos foram estimados a partir da seguinte expressão:

$$F_j = \sum_{i=1}^n \omega_{ji} \cdot X_i$$

em que: F_j são os fatores comuns não relacionados, ω_{ji} são os coeficientes dos escores fatoriais e X_i são as variáveis originais envolvidas no estudo. O escore fatorial é um número resultante da multiplicação dos coeficientes ω_{ji} pelo valor das variáveis originais.

Pestana e Gageiro (2008) mostram que em uma análise fatorial os testes de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e Bartlett permitem inferir sobre a qualidade das correlações, de forma a prosseguir com o estudo a partir do resultado dos testes. Com relação ao KMO, Hair *et al.* (2009) indicam que valores aceitáveis são aqueles superiores a 0,5. Já para o teste de Bartlett, o ideal é que a significância do teste não ultrapasse 5% para um nível de confiança de 95% (PESTANA; GAGEIRO, 2008).

Pestana e Gageiro (2008), Hair *et al.* (2009) e Brites (2007), ainda apresentam que devem ser observadas as comunalidades em uma Análise Fatorial. Tais comunalidades são fatores, ou pesos, que correlacionam as variáveis aos fatores antes da correlação. Conforme argumentam Pestana e Gageiro (2008), baixos valores de comunalidades afetam também os escores fatoriais e, dessa forma, deve-se pensar na possibilidade de eliminá-las, ficando a critério do pesquisador essa decisão.

Com relação aos escores fatoriais, mencionados anteriormente, é importante também padronizar as variáveis para que não haja problemas relacionados às distintas unidades de medidas e diferentes valores de variância. Desse modo, a fórmula utilizada para a padronização das variáveis, ou escore z , é:

$$x_{ij} = \frac{x_{ij} - \bar{x}_j}{s_j}$$

em que x_{ij} é a nova variável, denominada variável padronizada, x_{ij} é a variável i , \bar{x}_j é a média e s_j é o desvio-padrão.

Foram encontrados na literatura alguns estudos (VELARDE-JURADO; AVILA-FIGUEROA, 2002; SILVEIRA; SILVA; CARVALHO, 2008; SILVA; MOURA; ROSS, 2011) que utilizaram da análise fatorial para condensar variáveis a fim de mensurar a qualidade de vida. O primeiro estudo compreende uma apresentação de construção de metodologias, o segundo um estudo realizado na região norte do Brasil e o terceiro faz um estudo do Rio de Janeiro.

Construção de Índices – O Índice de Qualidade de Vida (IQV)

A definição dos indicadores sociais, de acordo com Ferriss (1988), citado por Land e Ferriss (2007), está associada a séries estatísticas que ajudam no monitoramento do sistema e na identificação de mudanças, já se pensando em intervenções ou alterações de questões que envolvem a sociedade.

Figueiredo Filho *et al.* (2013) apresentam que o aparecimento e o desenvolvimento de indicadores sociais estão ligados às atividades do setor público, principalmente ao longo do século 20. Noll (2004) destaca, por exemplo, que os indicadores sociais relacionados à qualidade de vida são comumente construídos e estabelecidos nas ciências sociais em todo o mundo. De acordo com ele, existem muitas publicações de livros, manuais e enciclopédias, revistas e boletins informativos, além de conferências que tratam do tema.

Para se realizar a construção de um índice, conforme apresentado por Sabioni *et al.* (2016) e Cunha *et al.* (2008), é necessário transformar os escores fatoriais obtidos na análise fatorial em valores positivos que variem entre zero e um. O objetivo dessa transformação consiste em evitar que escores fatoriais negativos possam interferir na magnitude dos índices e, portanto, distorcer os resultados. A expressão utilizada para transformar os escores fatoriais é:

$$F_{ij} = \frac{(F - F_{\min})}{(F_{\max} - F_{\min})}$$

em que F_{\max} e F_{\min} são os valores máximo e mínimo observados, respectivamente, para os escores fatoriais associados aos municípios da Zona da Mata Mineira no caso deste estudo.

Após a transformação é possível, então, criar o Índice de Qualidade de Vida (IQV). Tal índice é definido como uma *proxy*, representando o nível ou a qualidade de vida dos municípios da Zona da Mata Mineira. A equação utilizada para a construção do IQV é apresentada a seguir:

$$IQV_i = \sum_{j=1}^p \frac{\lambda_j}{\sum_{j=1}^p \lambda_j} F_{ji}$$

em que IQV_i é o índice do i -ésimo município, i é a j -ésima raiz característica, p é o número de fatores extraídos na análise, F_{ji} é o j -ésimo escore fatorial do i -ésimo município e $\sum \lambda_j$ é o somatório das raízes características referentes aos p fatores extraídos. A participação relativa do fator j na explicação da variância total captada pelos p fatores extraídos é indicada por $\frac{\lambda_j}{\sum \lambda_j}$.

O IQV compreende valores que vão de zero a um, sendo os municípios com maior nível de qualidade de vida aqueles que apresentarem indicadores mais próximos de um. As variáveis utilizadas para a construção do IQV são expostas na sequência:

- X1 = Taxa de alfabetismo em 18 anos ou mais
- X2 = População economicamente ativa
- X3 = População em idade ativa
- X4 = Renda per capita
- X5 = Nível de escolaridade da população adulta
- X6 = PIB per capita
- X7 = % da população em domicílios com banheiro e água
- X8 = % da população em domicílios com água e esgoto
- X9 = % da população em domicílios com paredes adequadas
- X10 = % da população em domicílios com água encanada
- X11 = % da população em domicílios com energia elétrica
- X12 = Taxa de envelhecimento

X13 = Número de estabelecimento de saúde per capita

Salienta-se aqui que tais variáveis foram escolhidas com base nos estudos apresentados no referencial teórico (CARDOSO, 2001; CASTRO; SOARES, 2010; CHEIN; LEMOS; ASSUNÇÃO, 2007). Além disso, as variáveis foram coletadas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Fundação João Pinheiro (FJP) e do Departamento de Informática do SUS (Datasus). Além disso, ressalta-se ainda que as variáveis correspondem ao ano de 2010, por ser o ano contemplado pelo último Censo (IBGE).

Destaca-se também, conforme observado na literatura, que existem diversos estudos (BLOMQUIST; BERGER; HOEHN, 1988; RODRIGUES, 2002; SILVA; MOURA; ROSS, 2011) que utilizam a técnica de construção de índices para apresentar um indicador de qualidade local.

Regressão

De acordo com Pestana e Gageiro (2008), a regressão consiste em um modelo estatístico que é utilizado com o intuito de prever o comportamento de uma variável quantitativa a partir de duas ou mais variáveis relevantes. A primeira variável é denominada dependente (Y) e as outras são denominadas independentes (X's).

Para este estudo será realizada uma regressão linear, pois o objetivo é analisar duas variáveis quantitativas (PESTANA; GAGEIRO, 2008). Tal técnica foi escolhida por se pretende observar o comportamento do IQV a partir da variável que corresponde a cotas do FPM.

Ainda, de acordo com Pestana e Gageiro (2008), a expressão geral do modelo de regressão múltipla é dada por:

$$Y_i = \alpha + \beta X_i + \varepsilon_i$$

em que i equivale a 1, 2, ..., n. Y é a variável dependente ou a variável de resposta, X é a variável independente, β corresponde à inclinação da reta e ε_i é a variável aleatória residual que descreve os efeitos na variável dependente que não são explicados pela variável independente.

As variáveis utilizadas para se realizar a regressão correspondem ao IQV e à cota do FPM de cada município. Cabe destacar que os dados relativos à arrecadação do FPM foram coletados da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Construindo o IQV

A análise fatorial, como primeiro método a ser utilizado, foi realizada de modo a agrupar as 13 variáveis apresentadas anteriormente. De forma a testar a correlação entre as variáveis escolhidas, foram realizados o teste estatístico de esfericidade de Bartlett e o teste de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO).

No teste de esfericidade de Bartlett, o valor obtido foi 1.897,312 com significância igual a zero. Já o teste KMO apresentou um valor de 0,745. Deste modo, pode-se afirmar que a análise fatorial mostrou valores significativos, conforme as referências apresentadas na seção metodológica.

A Tabela 2, a seguir, expõe os fatores extraídos com raízes características (λ) maiores que 1:

Fator	Raízes Característica (λ)	Valores iniciais	Valores rotacionados
1	4,922	37,861	28,911
2	2,092	16,091	22,662
3	1,372	10,555	12,934
Total	8,386	64,507	64,507

Tabela 2 – Número de fatores e raízes características

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme pôde ser observado na Tabela 2, além das raízes características que serão utilizadas para o cálculo do IQV, é possível observar também os valores iniciais e rotacionados, que ajudam na explicação da variância. Pelo observado, a explicação dos fatores extraídos corresponde a mais de 64%, o que valida o modelo e é considerado satisfatório. Ainda com relação à rotação dos dados, destaca-se aqui que foi empregado o método Varimax, que é um dos mais usados, conforme apresenta a literatura (BRITES, 2007).

A seguir são apresentadas as variáveis utilizadas no estudo, bem como suas Cargas Fatoriais (CF) e as comunalidades das mesmas (Tabela 3).

Variáveis	CF 1	CF 2	CF 3	Comunalidades
Taxa de alfabetismo 18 anos ou mais	,651	,371	,326	,668
População economicamente ativa	,895	-,125	-,117	,831
População em idade ativa	,896	-,126	-,115	,833
Renda per capita	,767	,359	,326	,824
Nível de escolaridade da população adulta	,713	,386	,399	,816
PIB per capita	,548	,365	-,071	,439
% da população em domicílios com banheiro e água	,026	,778	,232	,659
% da população em domicílios com água e esgoto	,032	,702	,238	,551
% da população em domicílios com paredes adequadas	,086	,710	-,217	,559
% da população em domicílios com água encanada	,370	,536	,363	,556
% da população em domicílios com energia elétrica	,127	,664	-,137	,477
Taxa de envelhecimento	-,202	-,122	,780	,664
Nº de estabelecimento de saúde per capita	,359	,143	,601	,511

Tabela 3 – Variáveis de estudo, cargas fatoriais e comunalidades

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme observado na Tabela 3, as variáveis que mostraram maiores cargas fatoriais apresentaram-nas em valores superiores a 0,5, o que indica que houve boa correlação entre os fatores que serão criados. Com relação às comunalidades, duas variáveis trouxeram valores inferiores a 0,5, sendo elas: PIB per capita e % da população em domicílios com energia elétrica. Tendo em vista sua proximidade com o valor de referência apresentado na literatura (0,5) e ficando a decisão a cargo do pesquisador, no entanto, optou-se por não excluir tais variáveis. A justificativa está na não perda de nenhuma variável inicialmente escolhida e, ainda, na observância de que existem outras variáveis que ajudam a explicar o fator.

A partir da Tabela 3, já apresentada, é possível, então, nomear os fatores a partir dos valores apresentados pelas cargas fatoriais. O Fator 1 (CF1) pode ser nomeado “Educação, emprego e renda”, pois compreende as seguintes variáveis: Taxa de alfabetismo em 18 anos ou mais; População economicamente ativa; População em idade ativa; Renda per capita; Nível de escolaridade da população adulta; PIB *per capita*. O Fator 2 (CF2), nomeado “Infraestrutura”, compreende: percentual (%) da população em domicílios com banheiro e água; percentual (%) da população em domicílios com água e esgoto; percentual (%) da população em domicílios com paredes adequadas; percentual (%) da população em domicílios com água encanada; percentual (%) da população em domicílios com energia elétrica. O Fator 3 (CF3), nomeado “Saúde”, compreende: Taxa de envelhecimento e Número de estabelecimento de saúde *per capita*. Ressalta-se, mais uma vez, que os relacionamentos aqui indicados foram feitos tomando por base os valores das cargas fatoriais apresentadas em cada Fator.

A partir dos fatores aqui expostos e após realizar os procedimentos apresentados na metodologia, foi então criado o Índice de Qualidade de Vida (IQV) dos municípios da Zona da Mata Mineira. A seguir trazemos a tabela descritiva do IQV, que foi reparametrizado a partir do maior valor encontrado para o mesmo.

Tabela 4 – Estatística descritiva do IQV

Estatísticas Descritivas							
	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão	Variância	Assimetria	Curtose
IQV	23,32	100	46,39	10,28	105,84	1,09	4,36

Fonte: Dados da pesquisa.

Antes mesmo de fazer o ranking dos municípios já é possível observar a heterogeneidade da região a partir da Tabela 4. A média da região (46,39) é quase o dobro no mínimo encontrado (23,32). O máximo valor encontrado (100) é mais que o dobro da média (46,39). Isso denota o que foi ressaltado por Carneiro e Matos (2008, p. 10): “a ideia de uma Zona da Mata com forte homogeneidade interna não corresponde à sua realidade atual”.

Apesar disso, com relação às medidas de dispersão e assimetria, pode-se observar que o valor do desvio padrão (10,28) consiste em um valor menor que um quarto da média (46,39), que é considerado um bom parâmetro. O valor de assimetria (1,09), por sua vez, é positivo, indicando que há uma aproximação da distribuição dos índices à curva da normal com concentração dos valores à esquerda.

A fim de explorar o IQV, foi realizado também um teste de normalidade do Índice, tomando por base o teste de *Kolmogorov-Smirnov*. Com base no valor demonstrado pelo teste (0,034) e tendo por base um nível de confiança de 95%, rejeitou-se a hipótese nula de que o índice seguiria uma distribuição normal.

Em razão do número expressivo de municípios que a região possui, serão apresentadas, a seguir, algumas conclusões feitas com base na hierarquização dos municípios, realizada com base no IQV. Sendo assim, serão feitas análises dos cinco melhores e os cinco piores municípios.

Os cinco melhores municípios, de acordo com o IQV, são: Juiz de Fora, Viçosa, Cataguases, Ubá e Ponte Nova. Esse resultado corrobora o estudo de Carneiro e Matos (2008), na medida em que eles afirmam que, na região estudada, as cidades-polo são as que apresentam melhores resultados com relação às demais.

O município de Juiz de Fora atingiu o valor máximo do IQV, após ser realizada a repadronização do índice. O condicionante principal, que contribuiu para a excelente classificação do município, foi o Fator 1, composto por variáveis relacionada à educação, emprego e renda. À luz da literatura pode-se destacar também o estudo realizado por Carneiro e Matos (2008), pois estes demonstram que a microrregião de Juiz de Fora concentra a maior parte da atividade econômica e os mais altos índices de urbanização da Zona da Mata. Além disso, de acordo com o IBGE (2010), o município de Juiz de Fora concentra aproximadamente metade do PIB regional.

A segunda maior pontuação foi obtida pelo município de Viçosa, com o valor de 73,91%. No caso deste município, mais de 70% do valor final do IQV pode ser explicado pelo Fator 1 e pelo Fator 2. Neste caso, seu bom desempenho deve-se à educação, emprego, renda e infraestrutura. É interessante ressaltar que o valor relativo à infraestrutura de Viçosa ultrapassa, inclusive, o valor relativo à infraestrutura de Juiz de Fora. Como se pode inferir, no entanto, os valores relacionados ao Fator 1 (educação, emprego e renda) e ao Fator 3 (saúde), são relevantes, mas inferiores aos apresentados por Juiz de Fora.

Cataguases traz um IQV de 68,04%. O fator que melhor explica sua colocação é o 2, sendo composto por variáveis correspondentes à infraestrutura.

Ubá é o quarto melhor município com 65,96%, apresentando fatores que explicam o bom IQV, relacionados aos mesmos fatores que explicam o IQV de Viçosa.

Ponte Nova aparece na quinta posição, com um valor de IQV de 65,92%. Seu bom indicador também está relacionado, principalmente, ao Fator 2, que corresponde à infraestrutura.

Os cinco piores municípios da Zona da Mata Mineira são: Araponga, Pedra Bonita, Vermelho Novo, Alto Rio Doce e Simonésia.

Araponga apresentou um IQV com valor de 23,32%, sendo o Fator 3 o que mais contribuiu para este baixo desempenho. Como já apresentado, o Fator 3 é composto pelas variáveis relacionadas à saúde. Foi observado que o município mostrou o menor indicador com relação ao Fator 3, se comparado a todos os municípios do estudo.

Pedra Bonita obteve um IQV igual a 29,33%, com baixos valores em dois fatores, a saber: Fator 1 e Fator 3. Dessa forma, os principais condicionantes de baixo desempenho de Pedra Bonita estão voltados para educação, emprego, renda e saúde.

Vermelho Novo apresentou um IQV de 29,52%, sendo o Fator 1 aquele que mais contribuiu para a baixo IQV mostrado. Os principais condicionantes de baixo desempenho do município, portanto, estão voltados para educação, emprego e renda.

Alto Rio Doce obteve IQV igual a 30,07%, com valores semelhantes nos 3 Fatores, numa média de 10% para cada Fator. Desse modo, o município necessita melhorar como um todo, não sendo possível definir o condicionante que deixa o município na situação em que ele se encontra.

Simonésia apresentou um IQV de 30,08%, sendo o Fator 1 aquele que mais contribuiu para a baixo IQV observado. Os principais condicionantes de baixo desempenho do município, todavia, estão voltados para educação, emprego e renda.

Ressalta-se que os resultados apresentados anteriormente buscam, de maneira geral, mostrar quais seriam os fatores que mais afetam ou limitam o bom desempenho com relação ao IQV dos municípios. É claro que, principalmente os municípios que apresentam IQV baixo, devem melhorar todos os Fatores para que consigam ser equiparados aos municípios que ficaram com melhor colocação no ranking.

Tomando por base o estudo realizado por Costa *et al.* (2012), pode-se afirmar que as disparidades aqui evidenciadas não dizem respeito apenas à região estudada, mas também a um contexto municipal. Desse modo, como foi exposto no decorrer da análise do IQV, são perceptíveis diferentes níveis de desenvolvimento nos municípios que compõem a Zona da Mata. Chama-se, então, atenção dos formuladores de políticas públicas para a problemática apresentada (SACHS, 2008).

Analizando a interferência do FPM ao IQV

Com relação à interferência do FPM ao IQV, será a seguir apresentado o modelo de regressão linear simples. O resumo do modelo é apresentado na Tabela 5 a seguir:

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa	Durbin-Watson
1	0,653	0,426	0,422	0,057	2,213

Tabela 5 – Resumo do modelo de Regressão

Fonte: Dados da pesquisa.

Por meio da Tabela 5, apresentada anteriormente, é possível concluir que 42,2% da variação do IQV podem ser explicados pelo valor do FPM recebido pelos municípios. Nesse caso, corrobora-se os estudos de Callado (2008), Costa *et al.* (2012) e Ferreira (2014), já que eles apresentaram a importância do FPM para os municípios e até a dependência dos tais municípios com relação aos valores recebidos pelo repasse do Fundo. Tomando, no entanto, por base a discrepância encontrada a partir do IQV e, ainda, a heterogeneidade existente e já apresentada na literatura (CARNEIRO; MATOS, 2008), pode-se afirmar que tais repasses não são suficientes para que os municípios assumam suas responsabilidades e se desenvolvam e também que o

FPM não tem contribuído para a homogeneidade da região. Neste último caso, apesar de não haver dados comparativos (temporais/painel), é possível concluir com base no que a literatura já afirma, quando são encontrados estudos em Minas Gerais, como de Galvarro et al. (2009) e Massardi e Abrantes (2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste artigo foi possível descrever a heterogeneidade existente na Zona da Mata Mineira e ainda verificar que as arrecadações de FPM podem interferir no IQV.

Mediante a análise fatorial, foram agrupadas as variáveis utilizadas no estudo, construindo, então, fatores que foram considerados latentes (não observáveis e considerados ainda constructos). Além disso, por intermédio da construção do IQV, pode-se ranquear os municípios da Zona da Mata, de forma que aqui, no estudo, foram apresentados os cinco melhores e os cinco piores municípios com relação ao IQV. Foi possível também compreender como a região é considerada heterogênea, pois, como observado, o escore obtido para o município de Juiz de Fora se diferencia muito dos outros, e mais ainda do escore do município de Araponga, que é considerado o pior município de acordo com o IQV.

Pela regressão foi possível perceber a importância das transferências intergovernamentais para os entes municipais e, ainda, compreender que, em alguns casos, elas acabam por intensificar a desigualdade entre os municípios.

Com este artigo pretende-se, então, contribuir para os estudos que tratam das desigualdades regionais e das políticas públicas. Para a área das Ciências Sociais Aplicadas, o estudo contribui na medida em que utiliza dados reais e ainda constrói um indicador (IQV) capaz de auxiliar, por exemplo, gestores públicos nas tomadas de decisão. Além da construção do indicador, o estudo também avança ao relacioná-lo com outra variável (FPM) por meio da regressão.

O estudo ainda chama a atenção para a situação da região apresentada, entendendo que devem ser reunidos esforços para que esta consiga ser menos heterogênea e mais igualitária, refletindo em avanços na qualidade de vida dos municípios e das pessoas que neles residem.

Com relação à indicação de estudos futuros, poderiam ser incorporadas novas variáveis ao IQV para torná-lo mais robusto e com novas observações, que seriam também capazes de interferir na heterogeneidade encontrada. Além disso, a unidade de análise do estudo também poderia ser ampliada, sendo, neste sentido, realizada uma análise geral do Estado de Minas Gerais ou mesmo de todo o território brasileiro, a fim de verificar se a heterogeneidade encontrada é intrínseca à região observada ou se é refletida por características e fatores mais generalizáveis.

REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, F.; SANO, H.; SYDOW, C. Radiografia do associativismo territorial brasileiro: tendências, desafios e impactos sobre as regiões metropolitanas. *Regiões metropolitanas no Brasil*. Washington: BID, 2010. p. 197-234.
- BAGOLIN, I. P.; GABE, J.; RIBEIRO, I. P. Crescimento e Desigualdade no Rio Grande do Sul: uma revisão da Curva de Kuznets para os municípios gaúchos (1970-1991). In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 2. 2004, Porto Alegre. Anais [...]. Porto Alegre: PUCRS e Fundação de Economia e Estatística (FEE), 2004.
- BARRO, R. J. Determinants of Economic Growth: a cross-country empirical study. *NBER Working Paper Series*, 5.698, 1996. Disponível em: <https://www.nber.org/papers/w5698>
- BIRKLAND, T. A. Agenda Setting in Public Policy. *Handbook of public policy analysis*, p. 63, 2006.
- BLOMQUIST, G. C.; BERGER, M. C.; HOEHN, J. P. New estimates of quality of life in urban areas. *The American Economic Review*, p. 89-107, 1988.
- BRITES, R. *Manual de técnicas e métodos quantitativos*. Tomo 1. Programa PIR PALOP II. Projecto Consolidação das Capacidades da Administração Pública. Lisboa: INA – Instituto Nacional de Administração, 2007.

- CALLADO, M. Federalismo fiscal: os efeitos dos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM) na distribuição de renda inter-regional e interpessoal no nordeste brasileiro. SEMINÁRIO INTERNACIONAL TRAJETÓRIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL: UMA COMPARAÇÃO ENTRE AS REGIÕES DO NORDESTE BRASILEIRO E A BAIXA CALIFÓRNIA, MÉXICO. 2008, Fortaleza. *Artigo*. Fortaleza, 2008.
- CARDOSO, Adauto Lúcio. *Desigualdades urbanas e políticas habitacionais*. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal; IPPUR/UFRJ-Fase, 2001.
- CARNEIRO, P. A. S.; MATOS, R. E. S. A heterogeneidade interna da mata: do pioneirismo estadual a estagnação intra-regional. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 13., 2008, Minas Gerais. *Anais [...]*. . Minas Gerais: Cedeplar; Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.
- CASTRO, J. F. M.; ALENCAR, B. J.; SOARES, T. L. Análise da infraestrutura socioeconômica e das áreas de influências da Zona da Mata de Minas Gerais (1991-2000). *Caderno de Geografia*, v. 22, n. 37, p. 29-46, 2012.
- CASTRO, J. F. M.; SOARES, T. L. *Análise das potencialidades socioeconômicas da zona da mata de Minas Gerais (1991-2000): uma proposta metodológica*. Anais do I ENCONTRO DE PESQUISADORES DA HISTÓRIA DA ZONA DA MATA MINEIRA. Rio Pomba: IFET, 2010. v. 1. p. 1-17.
- COSTA, C. C. M.; FERREIRA, M. A. M. F.; BRAGA, M. J.; ABRANTES, L. A. Disparidades inter-regionais e características dos municípios do estado de Minas Gerais. *Desenvolvimento em Questão*, v. 10, n. 20, p. 52-88, 2012.
- COSTA, I. S.; SILVEIRA, S. F. R. Investigação dos estágios de desenvolvimento socioeconômico dos municípios do Estado do Paraná. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 35., 2011, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: Anpad, 2011.
- CHEIN, F.; LEMOS, M. B.; ASSUNÇÃO, J. J. Desenvolvimento desigual: evidências para o Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, v. 61, n. 3, p. 301-330, 2007.
- CUNHA, N. R. S.; LIMA, J. E.; GOMES, M. F. M.; BRAGA, M. J. A intensidade da exploração agropecuária como indicador da degradação ambiental na região dos Cerrados, Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 46, n. 2, p. 291-323, 2008.
- DECRETO LEI nº 1.881 de 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1881.htm. Acesso em: dez. 2016.
- DIENER, E.; SUH, E. Measuring quality of life: Economic, social, and subjective indicators. *Social Indicators Research*, v. 40, n. 1-2, p. 189-216, 1997.
- DRUMOND, A. M.; SILVEIRA, S. F. R.; SILVA, E. A. Predominância ou coexistência? Modelos de administração pública brasileira na Política Nacional de Habitação. *Revista de Administração Pública*, v. 48, n. 1, p. 3-26, 2014.
- FARIA, C. A. P. A política da avaliação de políticas públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 59, 2005.
- FERREIRA, J. L. D. Finanças municipais e a dependência dos recursos federais e estaduais no Paraná. ENCONTRO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA – EPTC, 9., Campo Mourão, Paraná, 2014.
- FIGUEIREDO FILHO, D. B.; PARANHOS, R.; ROCHA, E. C.; SILVA, J. A.; MAIA, R. G. Análise de componentes principais para construção de indicadores sociais. *Rev. Bras. Biom*, v. 31, n. 1, p. 61-78, 2013.
- FIGUEIREDO FILHO, D. B.; SILVA JÚNIOR, J. A. Visão além do alcance: uma introdução à análise fatorial. *Opinião Pública*, v. 16, n. 1, p. 160-185, 2010.
- FIGUEIREDO, L. *Diretrizes para formulação de políticas de desenvolvimento regional e de ordenação do território brasileiro*. Belo Horizonte: Cedeplar-UFMG, 2004.
- FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, v. 21, p. 211-259, 2000.
- GALVARRO, Q. S.; BRAGA, M. J.; FERREIRA, M. A. M.; RAMOS, S. F. Disparidades regionais na capacidade de arrecadação dos municípios do Estado de Minas Gerais. *Revista de Economia e Administração*, v. 8, n. 1, 2009.
- HAIR, J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, A. R. L. *Análise multivariada de dados*. Porto Alegre: Bookman Editora, 2009.

- HILL, M.; HUPE, P. *Implementing public policy*. Londres: Sage Publications, 2002.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010.
- LAND, K. C.; FERRISS, A. B. The Sociology of Social Indicators. In: BRYANT, C. D.; PECK, D. L. (orgs.). 21st Century Sociology. Londres: Thowsand Oaks CA, Nova Dehli: Sage, 2007. p. 518-526.
- LESSMANN, C. Regional inequality and decentralization: an empirical analysis. *Environment and Planning A*, v. 44, n. 6, p. 1.363-1.388, 2012.
- LOBATO, L. *Algumas considerações sobre a representação de interesses no processo de formulação de políticas públicas*. Organização Enrique Saravia e Elisabete Ferrarezi. Brasília: Enap, 2006.
- MASSARDI, W. O.; ABRANTES, L. A. Dependência dos municípios de Minas Gerais em relação ao FPM. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, v. 1, n. 6, p. 173-187, 2016.
- MEZZADRI, F. M. Políticas públicas para o esporte e lazer: teorias e conceitos. In: MOTTA, Alexandre; TERRA, Rodrigo (org.). *Esporte, lazer e políticas públicas na Região dos Lagos*. Rio de Janeiro: iVentura, 2011. p. 89.
- NETO, L. G. Desigualdades e políticas regionais no Brasil: caminhos e descaminhos. In: *Planejamento e políticas públicas*. Brasília: Ipea, n 15, 1997.
- NOLL, H. Social indicators and Quality of Life research: Background, achievements and current trends. In: *Advances in sociological knowledge*. VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2004. p. 151-181.
- PESTANA, M. H.; GAGEIRO, J. N. *Análise de dados para ciências sociais: a complementaridade do SPSS*. 5. ed. Lisboa: Sílabo, 2008.
- REIS, P. R. C.; SILVEIRA, S. F. R.; COSTA, I. S. *Caracterização socioeconômica da Bacia do Rio Doce: identificação de grupos estratégicos por meio de análise multivariada*. In: ENCONTRO MINEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ECONOMIA SOLIDÁRIA E GESTÃO SOCIAL, 2., Viçosa, MG, 2010.
- RODRIGUES, M. C. P. Potencial de desenvolvimento dos municípios fluminenses: uma metodologia alternativa ao IQM, com base na análise fatorial exploratória e na análise de clusters. *Caderno de Pesquisas em Administração*, v. 9, n. 1, p. 75-89, 2002.
- RUA, M. G.; AGUIAR, A. T. A política industrial no Brasil, 1985-1992: políticos, burocratas e interesses organizados no processo de policy-making. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 12, 2009.
- SABIONI, M.; FERREIRA, M. A. M.; BRAGA, M. J.; ALMEIDA, F. M. Contextos (in) adequados para o engajamento cidadão no controle social. *Revista de Administração Pública*, v. 50, n. 3, p. 477-500, 2016.
- SCHLESINGER, G.; ROLIM, C. F. C. O impacto das transferências intergovernamentais na política fiscal dos municípios: uma análise comparativa das Mesorregiões Norte Pioneiro e Sudoeste Paranaense. *Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD*, n. 114, p. 33-52, 2008.
- SACHS, I. *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- SECCHI, L. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo: Cengage Learning, 2010. V. 133.
- SILVA, R. V. A.; MOURA, L. S.; ROSS, S. D. Reflexões sobre qualidade de vida dos municípios dos Estado do Rio de Janeiro e suas potenciais implicações para a formulação de políticas públicas. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 35., 2011, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: Anpad, 2011.
- SILVEIRA, B. C.; SILVA, R. G.; CARVALHO, L. A. Índice relativo de qualidade de vida da Região Norte: uma aplicação da análise fatorial. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 4, n. 4, 2008.
- SOUZA, C. Políticas públicas: conceitos, tipologias e subáreas. In: WORKSHOP SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO, 2002, Salvador: Fundação Luiz Eduardo Magalhães, 2002.
- SUBIRATS, J. Definición del problema. Relevancia pública y formación de la agenda de actuación de los poderes públicos. *Políticas Públicas: Coletânea*, Brasília: Enap, v. 2, p. 199-218, 2006.
- VELARDE-JURADO, E.; AVILA-FIGUEROA, C. Consideraciones metodológicas para evaluar la calidad de vida. *Salud Pública de México*, v. 44, n. 5, p. 448-463, 2002.

VIANA, A. L.; FAUSTO, M. C. R.; LIMA, L. D. Política de saúde e equidade. *São Paulo EM Perspectiva*, v. 17, n. 1, p. 58-68, jan./mar. 2003.

VOESE, S. B.; DINIZ, L. M.; PACHECO, V. Análise entre repasses de recursos públicos ao Terceiro Setor e IDH-M: estudo dos municípios do Norte Pioneiro do Paraná. *In: XXI CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS-ABC*, 2014 – Natal, RN, Brasil, 17 a 19 de novembro de 2014. *Anais [...]*. 2014.

NOTAS

- 1 Ministério da Fazenda. Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/cartilhas-de-transferenciasconstitu cionais. Acesso em: dez. 2016.